que há um convênio entre o Ministério da Cultura e o EMFA para recuperação de fortes e fortalezas, já havendo recursos para obras no Forte do Brum, em Recife. Representou que a Fundação Gulbenkian ofereceu ao Brasil o projeto de restauração do Forte Príncipe da Beira, tendo o Ministério da Cultura liberado recursos com os quais o Exército começou obras de limpeza e consolidação das muralhas do Forte. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, Maria Emperia Correa Lima, secretária "ad-hoc" lavrei a presente ata que subscrevo juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.

Marc Justo Gurdes
Eduardo Kneese de Mello
Gilberto Velho
Maria Beltrão
Leda Dau
Lourenço Luiz Lacombe
Aloísio Magalhães de Souza
Solange Godoy
Américo Jacobina

Ata da 124ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada no Rio de Janeiro, no Salão Portinari, em 13.01.87.

Às 10:00 h. do dia 13 de janeiro de 1987, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob a Presidência da Honra do Senhor Ministro de Estado da Cultura, Celso Furtado, e presentes o

Presidente do Conselho, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, os Conselheiros Gilberto Ferrez, Max Justo Guedes, Maria Conceição Beltrão, Eduardo Kneese de Mello, Gilberto Velho, Modesto Carvalhosa, José Mindlin, Francisco Iglésias, Afonso Arinos de Mello Franco, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Leda Dau, Diretora do Museu Nacional, Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Lourenço Lacombe, Diretor do Museu Imperial e Antônio Luiz Porto e Albuquerque substituindo a Diretora do Museu Histórico Nacional. Presentes ainda o Presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Joaquim de Arruda Falcão Neto, e o Consultor Técnico da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles. O Presidente do conselho abriu a sessão saudando os presentes e dizendo da sua satisfação por abrir a 124ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje digo no dia do cinquentenário da Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que instituiu, no quadro do então Ministério da Educação e Saúde, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje Secretaria, órgão este pioneiro, nas Américas, de proteção oficial do patrimônio cultural de um país. O Presidente, dando início aos trabalhos, passou ao Sr. Ministro de Estado da Cultura processos de tombamento aprovados pelo Conselho Consultivo para serem homologados: o Solar dos Andradas, imóvel de valor histórico, situado na Praça dos Andradas, na Cidade Barbacena, MG; a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade e seu acervo móvel e integrado, situado em Barbacena, MG; o prédio da antiga Fábrica Santa Amélia, localizado na Rua Cândido Ribeiro nº 250, São Luís, Maranhão; o imóvel situado na Rua Benfica nº 251, em Recife, PE, compreendendo o terreno de cerca de 6.890 m², o palacete, os jardins e

demais construções nele existentes, grades e portões de ferro voltados para aquela rua; e a Capela Nossa Senhora da Conceição, da congregação Redentorista e seu acervo móvel e integrado, localizada na Dezessete de Setembro em Recife, PE. O Presidente do Conselho, dando continuidade aos trabalhos, passou a palavra ao Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, relator do processo nº 1.163-T-85, que trata do tombamento do Centro Histórico no Município de São Francisco do Sul, localizado no Estado de Santa Catarina, e lembrou aos senhores Conselheiros que o Museu Nacional de Belas Artes comemorava também naquela data, o seu cinquentenário. O Presidente anunciou, ainda a presença do Prefeito de São Francisco do Sul, Dr. José Schmidt, bem como de uma delegação da mesma cidade, que vieram honrar, com suas presenças, naquele dia histórico, o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Conselheiro Alcídio Mafra de Souza esclareceu referir-se o processo a um pedido de tombamento, formulado pelo Prefeito de São Francisco do Sul e avalizado pela Fundação Catarinense de Cultura, louvando a forma perfeita através da qual foi instrumentado o processo, cujos autos exibem clara, concisa e objetivamente todas as informações de que o relator poderia necessitar. Prosseguiu dizendo que São Francisco do Sul, situada no Norte do Estado, é a mais antiga cidade de Santa Catarina, fundada em 1641, e apresentou um histórico bem detalhado, estabelecendo a relação de seus habitantes com o mar, através da pesca de subsistência e do transporte individual ou coletivo em canoas e, sobretudo, pela nunca interrompida atividade portuária escoadora da produção do Norte industrializado e das regiões vizinhas. Para o Conselheiro, impõe-se a recuperação de São Francisco do

Sul, essencialmente portuária, pois o porto faz o tecido de toda essa história. O Conselheiro manifestou-se favoravelmente ao tombamento, com base nos limites propostos no seu parecer e nos pareceres técnicos da Coordenadoria de Proteção e da Coordenadoria Jurídica do SPHAN. O Presidente do Conselho agradeceu ao Conselheiro Alcídio Mafra de Souza e, antes de colocar o assunto em votação, registrou a presença do Sr. Alvício Lima Thiesly, Representante do Governador do Estado de Santa Catarina, naquela reunião. O Conselheiro José Mindlin solicitou ainda que os membros do Conselho recebessem cópia do parecer do Conselheiro Alcídio Mafra de Souza que, segundo ele, vai além de uma manifestação processual. O Presidente do Conselho colocou em votação o processo de tombamento, com base no parecer do relator e, tendo o Conselho deliberado por unanimidade, declarou aprovado o tombamento do Centro Histórico da Cidade de São Francisco do Sul. Passou, então, a palavra ao Prefeito, Sr. José Schmidt. O Prefeito, após saudar os presentes, destacou a honra de poder estar participando da reunião comemorativa dos 50 anos do SPHAN e de seu Conselho e agradeceu, em nome da população de sua cidade, a aprovação do tombamento. O Presidente do Conselho agradeceu as palavras do Sr. José Schmidt, e ressaltou o fato de que foi o Prefeito Municipal que, traduzindo um sentimento e uma aspiração da sua comunidade, dirigiu à SPHAN o pedido de abertura do processo de tombamento, o que demonstra a certeza de que a administração municipal e a comunidade franciscquense estão matriculadas no compromisso fundamental de preservar e valorizar este acervo que passa, agora, a integrar o patrimônio cultural do povo brasileiro.

O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Roberto Gusto Guedes, relator do processo nº 1.185-T-85, referente ao tombamento do Complexo Ferroviário de São João del Rey-Tiradentes, ligação São João del Rey-Tiradentes-MG, e destacou o fato do relator ser também sanjoanense. O Relator destacou a importância de se preservar este pequeno, mas importante trecho da antiga estrada de Ferro Oeste de Minas, que até bem pouco tempo permanecia intacto. Prosseguiu descrevendo suas belezas e características e chamou a atenção do Sr. Ministro, do Secretário do Patrimônio e dos Conselheiros dizendo que, se uma parcela desse conjunto foi perdida, boa parte dele permanece intacta estando em vias de, se já não o foi, ser violentada para receber restaurantes e hipotéticas casas de cultura e congêneres. Encerrou o seu parecer manifestando-se favorável ao tombamento, bem como solicitando ao Secretário do Patrimônio que, em conjunto com o Presente, reestude o projeto buscando reduzir ao mínimo a descaracterização e a indesejável dispersão de espaços no campo cultural sanjoanense. Propôs, igualmente, que se acolhido fosse o seu parecer, o SPHAN fizesse um apurado estudo do entorno do bem tombado, para a salvaguarda das magníficas construções do século XIX e início deste, edificadas quase todas em razão da dinâmica da própria estrada de Ferro Oeste de Minas. O Presidente do Conselho, a propósito do parecer do Conselheiro Roberto Gusto Guedes, esclareceu que a Prefeitura de São João del Rey, na atual administração de Cid Valério, com base em lei municipal, efetuou uma série de tombamentos visando, justamente, resguardar esse casario do final do século XIX, que se encontra em área de vizinhança da estação ferroviária e que a Câmara Municipal, em resposta aos tombamentos do Prefeito, revogou a

lei que permite o tombamento municipal. Prosseguiu dizendo que, nesse sentido, ainda na próxima semana acompanhará o Sr. Ministro Celso Furtado a uma visita a São João del Rey, Tiradentes e Barbacena, para verificarem realizações da SPHAN/Pró-Memória na área de preservação de bens culturais destas três cidades históricas de Minas Gerais e manifestarem, também ao Prefeito, o apoio às medidas que o executivo municipal vem tomando, no sentido de esclarecer à opinião pública e à própria Câmara Municipal sobre a necessidade de se estabelecer a legislação Municipal relativa ao patrimônio. Prosseguindo o Presidente informou que também já está em contato com o programa "Prosuve", do Ministério dos Transportes, e que conta com o empenho do Ministro José Reinaldo Tavares. Por tudo isso, acredita que já possa contar com algumas alterações altamente positivas, tanto assim que o Ministro dos Transportes há pouco tempo restabeleceu o tráfego em locomotiva "Maria Fumaça", um trem de características históricas, entre as Cidades de Ouro Preto e Mariana, e ambas tiveram as suas estações, uma do século XIX e outra do século XX, integralmente restauradas. Esperando que este tombamento venha permitir uma participação mais efetiva da SPHAN na valorização desse acervo lembrou ainda que se trata da primeira estrada de ferro tombada, a nível federal, e neste cinquentenário é também uma homenagem ao empenho de Aloísio Magalhães que, quando titular da SPHAN, compreendeu a importância dos acervos ferroviários, tendo se empenhado no sentido do tombamento da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, o que não foi possível naquele momento e ainda se

acha dificultado por uma série de obstáculos, justamente na conservação do acervo ferroviário e da própria manutenção da ferrovia. No entanto, hoje é dado um grande passo com o tombamento de uma estrada de ferro, que se acha em perfeitas condições e que ainda tem, como indica o parecer do relator, grande parte do seu patrimônio preservado, esperando-se que, a partir dessa experiência possa o Conselho vir a tombar outros acervos ferroviários. O Conselheiro Modesto Cavalhosa pediu a palavra para solicitar um esclarecimento, indagando se o tombamento abrangia também a linha ferroviária entre Vargem Alegre e Tiradentes e as estações. O Presidente do Conselho respondeu positivamente dizendo tratar-se do tombamento das duas estações do trecho de linha férrea entre as duas cidades, do Museu Ferroviário 1º e 2º módulos, das oficinas, bem como dos seus respectivos acervos ferroviários, ou seja, todo o conjunto. Tendo colocado o processo em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade pelos Conselheiros e declarado aprovado o tombamento nos termos do respectivos digo do respectivo processo. Passou a fazer uso da palavra o Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque, relator do processo nº. 1.192-T-86, que trata do tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus. O Conselheiro, após destacar a importância arquitetônica do Porto, sintetizou que o conjunto portuário de Manaus define, visto do rio, o frontispício da cidade à qual se incorpora paisagisticamente e culturalmente. Tal conjunto compõe o seu Centro Histórico, define muito do itinerário daquela cidade ilha e porto, ao mesmo tempo, e é em função dessas considerações que dá o seu parecer favorável ao tombamen-

to do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus, integrado pelas instalações portuárias e pelas edificações que estão listadas no parecer do Arquiteto José Simões de Belmont Pessôa, constante do processo, cumprindo-se, portanto, de voltar a mencioná-lo e indicando ainda que a proposta de tombamento foi inicialmente formulada à SPHAN pela Portobrás, que hoje administra aquele ancoradouro fluvial. O Presidente agradeceu o brilhante parecer do relator, destacando o fato de ter sido a Portobrás que formulou a proposta de tombamento o que é, para a SPHAN uma certeza de que esse novo conjunto estará devidamente salvaguardado. A importância da conexão deste trecho com a área de tombamento e entorno do Mercado Municipal fecha exatamente com o que o Conselheiro Roberto Cavalcanti definiu, muito bem, como o frontispício de Manaus. Tendo colocado a matéria em votação foi a mesma aprovada por unanimidade, de acordo com o parecer do relator. Foi passada, então, a palavra ao Conselheiro Gilberto Velho, relator do processo nº. 1.117-T-84, referente ao tombamento do Conjunto Urbano, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Natividade, Estado de Goiás. O Conselheiro Gilberto Velho iniciou dizendo tratar-se de um pedido de tombamento feito pela Assembléia Legislativa e considerado plenamente justificável, segundo os pareceres técnicos da SPHAN. Elogiou a competência dos mesmos e prosseguiu dizendo que Natividade teve importante papel na história da região, ligada ao ciclo da mineração e do gado e que o Conjunto Arquitetônico expressa essa importância, pois embora modesto, é definido como significativamente homogêneo nos pareceres técnicos.

O Conselheiro enfatizou a importância, cada vez maior, do significado da definição do entorno que estabelece, neste caso, de maneira dramática, as vinculações da área urbana com o meio ambiente natural da Serra da Natividade, explicitando claramente a relação do fator sócio-cultural com a geografia e com a ecologia, através da atividade econômica, e com a história. Continuou, ainda, dizendo que Natividade passa ser excelente exemplo de tombamento, que leva em consideração a complexibilidade do sistema natureza e cultura nos diferentes níveis. O Conselheiro com referência à impugnação interposta pelo proprietário de bem integrante do conjunto a ser tombado, acompanhou a opinião da Coordenadoria Jurídica do SPHAN, entendendo que o Conselho deve conhecer o recurso apresentado, sem contudo lhe dar provimento. Em seguida, o Conselheiro passou a ler o texto da Coordenadoria Jurídica, constante do processo nº 1.117-T-84. Terminada a leitura do parecer, o Conselheiro manifestou-se, mais uma vez, de comum acordo com todos os pareceres técnicos, propondo a aprovação do tombamento do Conjunto Urbano, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Natividade, bem como da área sugerida para o seu entorno. O Presidente do Conselho colocou a matéria em votação, tendo o parecer do relator sido aprovado por unanimidade, e ratificou o compromisso do SPHAN com aquela comunidade. O Presidente, encerrando a pauta da reunião, passou a palavra ao Conselheiro José Reindlin para apreciar a impugnação do tombamento da Fazenda do Pinhal, localizada em São Carlos, SP. O Conselheiro José Reindlin, relator do processo, disse não existir no mesmo elementos que permitam, propria-

mente, apreciar a impugnação ao tombamento, apresentada pelo Sr. João Batista de Arruda Botelho e integrante do referido processo, isto porque o impugnante se limitou a manifestar sua oposição sem apresentar quaisquer razões como seria normal que o fizesse. Prosseguiu, ainda, dizendo que estranhou o fato do impugnante não explicar estas razões no momento da impugnação e que o faria se necessário, em outra ocasião, pois a própria notificação, de nº 1301, foi um convite explícito à apresentação de razões na hipótese da discordância. O relator chamou ainda a atenção do Conselho para a circunstância de que este condômino é detentor de parcela muito reduzida da propriedade e o único a se opor à medida. Manifestou-se favorável à manutenção do tombamento, independentemente de anuência dos outros proprietários. Citou ainda o fato do tombamento ter sido solicitado pelo seu principal proprietário, acompanhado por todos os condôminos, menos o impugnante. Enfatizou o fato de que o tombamento independe da concordância do proprietário. Neste momento, o Dr. Silva Telles assumiu a Presidência do Conselho, tendo o seu Presidente, Ângelo Oswaldo, se afastado por alguns minutos. A matéria, através do parecer do Conselheiro José Reinaldim, foi colocada em discussão tendo sido o tombamento mantido, através da aprovação unânime do Conselho. A Conselheira Zelda Dau preferiu não falar dos problemas do Museu Nacional de uma maneira geral destacando uma solicitação que encaminhou, através de expediente, ao Presidente da Comissão Coordenadora das Comemorações dos 50 anos do SPHAN, que trata mais especificamente da recuperação de duas salas históricas da maior importância

no Paço de São Cristovão, que são as salas do trono e dos Embaixadores, dizendo que as mesmas se acham interditadas há 14 anos. Aproveitou ainda a oportunidade para convidar, mais uma vez, o Conselho a realizar sua próxima reunião no Museu Nacional, quando poderia abordar novamente o assunto. A Conselheira pediu que a reconstituição das duas salas fizesse parte das festividades do cinquentenário, ressaltando que o Museu Nacional e o Paço de São Cristovão estão inseridos na leitura e na compreensão de nossa história. O Conselheiro Gilberto Ferez pediu a palavra para manifestar total apoio à Diretora do Museu Nacional. O Conselheiro Gilberto Velho também fez uso da palavra para, como conselheiro do PHAN e Professor e Pesquisador do Museu, reforçar as palavras de sua Diretora. O Presidente do Conselho agradeceu a manifestação dos Conselheiros sobre a questão do Museu Nacional e disse que, de acordo com documentação entregue a ele, pela Diretora do Museu, verificou que desde 1967 existem reiteradas manifestações do Museu Nacional sobre a imperiosa intervenção na ocupação do antigo Paço de São Cristóvão. Continuando dizendo que esta ocupação foi um dos objetivos de Aloísio Magalhães, na Secretaria do Patrimônio. Segundo Aloísio, depois do magnífico trabalho que se fez, sob a algência de Lourenço Lacombe, em Petrópolis, era também necessária uma ação nas duas casas fundamentais do império: o Paço da Cidade e o Paço de São Cristovão. O Paço da Cidade foi restaurado e inaugurado em março de 1985. Portanto, o Paço da Quinta da Boa Vista é um desafio a ser vencido pela SPHAN e todo o Ministério da Cultura. O Presidente do Conselho, em nome do Ministro, disse que, desde já,

se comprometia com os recursos da SPHAN e da Fundação e da Fundação Nacional Pró-Memória, no valor de dois milhões de cruzados para dar, prontamente, início a esse trabalho, através da 6ª Diretoria Regional da SPHAN/FNPM. O Presidente, ainda com a palavra, comunicou ao Conselho que em 11.12.1986, assinou a Portaria nº 16 da SPHAN, criando Comissão destinada a promover estudos sobre a legislação de proteção do patrimônio, artístico e ambiental, Comissão esta composta pelos seguintes membros: Cláudia Dutra, Paulo Ormindo de Azevedo, Raphael Carneiro da Rocha, Augusto Carlos da Silva Telles, este como representante da Fundação Nacional Pró-Memória, e para presidí-la o Conselheiro Rodrigo Modesto Carvalhosa. O Conselheiro Marx Justo Guedes indagou se a Comissão já considera os aspectos de arqueologia submarina no seu estudo de legislação, perguntando ainda sobre uma lei, que ele acredita ter sido aprovada recentemente no Congresso. Disse ainda da sua preocupação com os saques do patrimônio cultural brasileiro por parte dos mergulhadores. O Presidente do Conselho esclareceu que a nova lei sobre arqueologia submarina pouco disciplina a legislação referente à SPHAN, tendo transferido para a jurisdição do Ministério da Marinha toda a questão. Disse que, neste sentido, já foi procurado entendimento com a pasta da Marinha, através da Consultoria Jurídica do Ministério da Cultura, e o que se busca é um acordo de maneira que, pela regulamentação da lei, a SPHAN continue com a competência à ela delegada pelo Decreto-lei 25, de 1937. O Conselheiro Gilberto Ferez pediu a palavra para falar de sua contrariedade com o artigo publicado no Jornal do Brasil sobre o Paço Imperial. Falou de

sua estranheza, por se tratar de um espaço que vem prestando extraordinário serviço à cidade e destacou o sucesso invulgar de suas exposições. Continuou criticando o artigo, principalmente a parte que tratava da transformação do Paço, citado como um Museu/Depósito. Indagou se tudo o que havia sido feito, até aquele momento, de nada valia e não era cultura. Passou ainda a contestar o artigo que prosseguia informando da ocupação do Paço até mesmo por um piano bar. Questionou também a criação do Conselho do Paço Imperial e a criação de outros Conselhos. Solicitou então, uma explicação daquilo que se pretende com o Paço. O Presidente da Pró-Memória, Joaquim Falcão agradeceu a oportunidade de prestar ao Conselho os esclarecimentos solicitados e prosseguiu dizendo tratar-se de um equívoco dizer que o Paço constituiria um museu-depósito, pois não existia ali um acervo e sim o depoimento dos Senhores Conselheiros e de toda a comunidade do Rio, quanto a ser o Paço local privilegiado, onde está sendo feito um trabalho cultural com muito carinho, competência e seriedade, a exemplo do que se fez ali na restauração arquitetônica. Quanto a questão do Conselho, esclareceu que não existiria qualquer possibilidade de conflito de competência entre o Conselho do Paço e o Conselho da SPHAN. O Conselho da SPHAN, disse o Sr. Joaquim Falcão, tem suas atribuições claramente definidas pela lei e serão respeitadas, como sempre foram, e que em nenhum momento o Conselho do Paço vai decidir sobre qualquer assunto pertinente a este Conselho. Disse ainda, que a criação de um Conselho é uma prática de anos e citou o exemplo do Conselho Consulti-

vo da Fundação Castro Maia, cujo acervo é também tombado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que, segundo ele, presta à Pró-Memória um relevante serviço. Citou ainda os Conselhos do Sítio Burle Marx e Museu Lasar Segall, dizendo que todos eles se ocupam da parte cultural e da gestão cotidiana das atividades. Continuou ainda dizendo que ele, como Presidente da Pró-Memória, tinha uma reivindicação dos Diretores dos Museus da Casa, a começar pelo Prof. Alcídio Mafra, para criar seus próprios conselhos e suas propriedades de amigos, a exemplo do que se faz na Europa e nos Estados Unidos. Com relação a esse assunto, o Dr. Joaquim Falcão disse ainda que foi publicada importante reportagem em jornal de São Paulo, dizendo que todos os Museus daquela cidade estão criando as suas sociedades de amigos e citou, como exemplo, o Museu Lasar Segall que, comandado pelo seu Diretor, Mamário Segall, também deu início a uma experiência nesse sentido. O Presidente da Pró-Memória aproveitou o momento para solicitar o apoio do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para a restauração do contexto urbano do Paço Imperial, dizendo que o Paço se vê, hoje cercado por pontos de ônibus que prejudicam as telas ali expostas com seus gases e que, em consequência, algumas exposições internacionais já desistiram de ir para o Paço. Disse que essa preocupação já vem desde Marcos Vilaça e Joaquim Cavalcanti de Moya, e solicitou o apoio do Conselho para gestões junto aos governos Estadual e Municipal do Rio de Janeiro, para a solução do problema. O Conselheiro Eduardo Kneese pediu a palavra para dizer que existe, na Universi-

dade de São Paulo, o Instituto de Estudos Brasileiros, IEB, que possui um pequeno Museu com todo o acervo de Mário de Andrade, museu este que leva seu nome e sendo Mário de Andrade um dos cabeças da criação da SPHAN ele gostaria que, como parte das comemorações do cinquentenário da SPHAN, se abrisse um processo de tombamento do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros. Esclareceu também ter autorização do Diretor do IEB, o arquiteto Rui Gama, e que deixou documentos com toda a história do IEB e a relação das obras que lhe pertencem. Terminou dizendo que esta era sua maneira de prestar uma homenagem a Mário de Andrade e ao aniversário da SPHAN. Voltando ao assunto do Paço, o Conselheiro Gilberto Velho manifestou seu apoio às palavras do Dr. Joaquim Falcão, quanto à área do entorno do Paço Imperial, enfatizando que se lute, também, contra a especulação imobiliária que ameaça constantemente toda a Praça XV. O Conselheiro Sérgio Justo Guedes fazendo uso da palavra, falou da sua preocupação com o Museu Naval dizendo que tentou, por várias vezes e sem sucesso, saber o que vai ser feito em termos de urbanização na Praça XV e concluiu dizendo que gostaria de se somar à Fundação Nacional Pró-Memória para tentar a definição daquele entorno. O Presidente do Conselho agradeceu aos Conselheiros as considerações a respeito da área do Paço Imperial e disse ter certeza de se continuar trabalhando, no sentido de um entendimento com o Governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro. Concluiu dizendo que o papel do Conselho é o de apoiar o Estado numa tarefa que cabe, a ele, executar. A propósito do pedido de tombamento do IEB, onde se encontra o legado de Mário de Andrade, de autoria de

Bruno Giorgi. Contou ainda, que este busto estava sob a guarda direta do Vice-governador, em seu gabinete, por já ter sido roubado quando se achava exposto em praça pública. O Conselheiro Eduardo Kneese fazendo novamente uso da palavra contou que, quando Mário de Andrade faleceu, deixou no seu testamento um pacote, selado e fechado, com manuscritos, que só poderá ser aberto 50 anos a sua morte, e que faz parte do acervo proposto para tombamento. O Presidente do Conselho manifestou, mais uma vez, sua alegria em receber, pela primeira vez no Conselho, o Ministro Celso Furtado, justamente na reunião que comemora o cinquentenário da SPHAN. Parabenizou, também, o Conselheiro Alcídio Mafra, Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, pelo cinquentenário do Museu e convidou os presentes para as solenidades daquela data, que faziam parte das comemorações. Agradeceu, especialmente, ao Conselheiro Gilberto Freyre que, ao lado de Maria Eugênia Corrêa Lima, presidiu a Comissão Organizadora do Cinquentenário da SPHAN. Agradeceu também aos demais membros da Comissão. Antes de passar a palavra ao Professor Afonso Arinos de Mello Franco, transmitiu os cumprimentos do Conselho pela sua eleição para o Senado da República e pediu que, como Conselheiro desde 1938, saudasse o Ministro de Estado da Cultura Sr. Celso Furtado. O Conselheiro, usando da palavra assim falou: "Sr. Presidente, Srs. funcionários, Srs. conselheiros, para mim é algo de muito honroso, embora de certa maneira melancólico, usar da palavra nesta cerimônia para rememorar alguns trechos da marcha deste Conselho, no qual fui o mais moço e hoje sou o mais velho. Fui chamado por Rodrigo, naquele período em que, mal-

mente, Capanema estava muito interessado em levar a vante sugestões de Mário de Andrade, que lhe tinham sido feitas. Eu fui colega de Colégio de Capanema. Ele é mais velho do que eu alguns anos se eu não engano. Fui colega também do colégio de Carlos Drummond, que eu não vejo aqui. Nós três fomos alunos do colégio de padres, em Belo Horizonte. Então, toda aquela atmosfera de Conselho... a presença daqueles membros eminentíssimos... Episódios curiosos aqui aqui transcorreram... Vou citar um deles: Capanema me pediu que desse a Portinari a sugestão sobre estes painéis que aqui estão. Eu estava dando um curso de história na Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, aquela grande universidade de Anísio Teixeira e estava procurando centralizar a história do Brasil em torno de ciclos econômicos. Então, sugeri a Capanema que transmitiu essa idéia a Portinari e Portinari imediatamente a adotou. Eu o vi pintando estes painéis, estes afrescos. E assim, uma série extraordinária de acontecimentos que aqui transcorreram, alguns cômicos. Como o famoso encontro de Heloísa Alberto Torres, desesperada com a queda de Paris, e o Rodrigo, que tinha sido educado em um "lycée" de Paris, também profundamente ferido. E Da. Heloísa surgiu aqui, formosa, com aquelas mãos bonitas, exaltadíssima: "Dr. Rodrigo, caiu Paris!" Durante a guerra vinha aquela manchete, Paris caiu! E Rodrigo distraído, não posso dizer em Português, vou dizer em Francês – "minha prezada Da. Heloísa, je crois que nous sommes complètement foutus". Episódio como o do

manuel Bandeira, no final de uma seção como esta, só que era tarde... Bandeira, sentado assim como você está aqui, perto de mim, e a seção transcorria e a noite caia e a chuva começava a pingar e os assuntos se sucediam e as discussões se desenvolviam. Bandeira disse essa quadrinha que eu tenho de memória. Não está no livro de Bandeira. Ele mandou uma quadrinha assim: "Tombam templos. Tombam prédios. Não falta tombar mais nada. Fujamos, antes que a noite seja tombada". Estava chegando a noite. Essa convivência foi uma coisa que marcou profundamente a minha vida. O curso de História dado na Universidade Federal coincidia com esta forma de cultura, que é o reconhecimento da cultura. No fundo, a cultura, na sua expressão mais significativa, na minha opinião - eu sei que há várias, é exatamente a consciência da cultura. Cultura emerge do povo. Cultura emerge da tradição... a cultura emerge das formas espontâneas, dos pensamentos espontâneos, mas sem tirar as formas populares. Mas para nós, a cultura é um reconhecimento disso e é a transferência disso para um tipo de criatividade que supera aquela de onde provém. A cultura é isso, Sr. Ministro, na minha opinião. A cultura é a consciência da cultura. E V. Exca. representa na sua vida acidentada, na sua vida cheia de curiosidades, cheia de estudos de várias áreas, esse poder de se conscientizar o que é a cultura. Nós estamos confiantes na sua ação pela sua juventude, pela

sua experiência, pela sua bravura, pela sua resistência sertaneja, nordestina. Nós estamos convencidos de que V. Exca. poderá encontrar os caminhos que nesse momento se antepõem a esse reconhecimento da nossa cultura, a sua interpretação, ao seu encontro com tudo aquilo que emerge da sociedade de forma criativa para o espírito e transforma isso realmente em elaboração artística, em elaboração musical, em elaboração de prosa, em elaboração de poesia, em relação de arquitetura, em elaboração de pintura. Eu me satisfaço com essa idéia. Cultura é o reconhecimento da cultura. É a força da sua aceitação e a força da sua elaboração. É com essas palavras, com essas sugestões, com esses pensamentos que o velho membro do Conselho do Patrimônio, agora chamado a problemas talvez mais contundentes na área de elaboração constitucional, abandona em pouco o terreno de suas preferências, que são os livros, as formas, os sons, a cores, que encheram a sua vida, para concentrar-se um pouco em outras áreas, a fim de fazer o que ele sempre fez, ajudar muito modestamente o seu país. Sr. Ministro, eu apresento a V. Exca., em nome de todos nós, em nome da Cultura brasileira, em nome do que V. Exca. representa na Cultura brasileira, os nossos cumprimentos, as nossas esperanças. Muito obrigado". O Ministro da Cultura passou a fazer uso da palavra: "Está reunida do Conselho Consultivo da Secretaria do Patrimônio

Histórico e Artístico nacional nos convida a refletir sobre o que me parece ser a experiência mais significativa, ocorrida entre nós, no campo da política cultural. O SPHAN, nome de batismo da atual SPHAN, nasceu com títulos de nobreza. O movimento de 22, ainda que marcado por nossa tradicional visão esteticista da cultura, foi um grito de alerta para a necessidade de afirmação de nossa identidade nacional. O negro real passou a substituir o negro idealizado, o índio real, o símbolo criado pelos indigenistas. O interesse pelos problemas reais da região e do País passam ao primeiro plano das preocupações de intelectuais de prestígio. E se mais lúcida a consciência de que havíamos vivido de costas para nossa herança cultural. Ao SPHAN, surgido 15 anos depois de abertas as comportas da Semana de Arte Moderna, caberia elaborar o "Documento de Identidade da nação Brasileira", na incisiva expressão de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Houve, inicialmente, o projeto de elaboração de uma "enciclopédia" da cultura brasileira, espécie de retrato do que somos como cultura e civilização, na tradição oitocentista de Diderot. Creio que foi Mário de Andrade quem logo percebeu quão ambicioso era o projeto, como foi o mesmo Mário de Andrade que, respondendo a consulta do Ministro Gustavo Capanema, definiu o perfil do que viria a ser o SPHAN. Estabelecer essa identidade estava longe de ser tarefa fácil. Seria mesmo tarefa "trabalhosa" e "espinhosa", como diria mais tarde Rodrigo. Tratava-se de criar um quadro de especialistas

que se fizessem presentes por todo o imenso Brasil. Tratava-se de defender a integridade de um patrimônio que sequer havia sido identificado. E tudo isso em um País que pouco refletira sobre o seu passado, e marcado por profundo desencontro entre elites e povo. Acrescente-se que estamos longe de ser um País de identidade fácil de estabelecer. Nossas raízes européias estão marcadas por reconhecidas peculiaridades. Tendo desempenhado papel eminente na formação da Europa moderna, Portugal não conheceu, a rigor, nem o Renascimento nem a Reforma, essas duas grandes rupturas que deram origem à modernidade. Essa a razão que levou mais de um observador a afirmar que nossa cultura colonial, inclusive o século dezoito, tem nítidas afinidades com o medievo europeu. Inserimo-nos na modernidade e pelo Romantismo do século dezenove, o que explica a quase nenhuma resistência que oferecemos à devastadora influência cultural francesa. E também explica a semi-amnésia que por muito tempo nos obnubilou com respeito ao nosso passado cultural. Coube ao tenaz esforço do SPHAN, durante os mais de trinta anos que o dirigiu com abnegação e clarividência Rodrigo Melo Franco de Andrade, trazer à consciência do brasileiro o mundo submerso de seu rico passado cultural. Creio que foi Ortega y Gasset quem nos advertiu contra o tradicionalismo, que pretende substituir o presente pelo passado. Amar o passado, disse ele, é saber cobrá-lo a serviço do pre-

sente. Portanto, antes de tudo é preciso conhecê-lo. O trabalhou que realizou Rodrigo e foi continuado pela plêiade de discípulos que formou, teve em primeiro lugar um caráter arqueológico, de descoberta e revelação de dimensões culturais perdidas, de emersão de valores que permaneceram recalcados no subconsciente coletivo por preconceitos culturais. Foi necessário esse esforço para que chegássemos a ter uma verdadeira identidade nacional, sem o que nós alcançaríamos a plena maturidade cultural. O ambicioso objetivo que uniu em torno do ministro Capanema um grupo de intelectuais há mais de meio século — dar identidade aos brasileiros — foi, portanto, alcançado. Esse é o legado do antigo SPHAN, de que todos podemos nos orgulhar, e que tem Angelo Oswaldo de Araújo Santos, na direção da atual SPHAN, o continuador imaginativo e destemido de que se teria orgulhado Rodrigo Melo Franco de Andrade". Terminado o discurso, o Presidente do Conselho entregou ao ministro medalha cunhada com objetivo de marcar o cinqüentenário da SPHAN e homenagear o seu fundador Rodrigo melo Franco de Andrade. Entregou também ao ministro um exemplar do livro "Rodrigo e o SPHAN", dando destaque ao trabalho organizado por Therezinha Marinho, que visa apresentar o amplo universo da obra de Rodrigo melo Franco de Andrade na direção do Patrimônio Histórico e Artístico nacional. O Presidente entregou, também, a medalha a todos os conselheiros, ao consultor técnico da SPHAN, Augusto Carlos da Silva Telles, e ao Presidente da

Fundação Nacional Pró-Memória, Dr. Joaquim Falcão, que pediu a palavra para sugerir também a entrega da medalha ao Presidente do Conselho Angelo Oswaldo de Araújo Santos. Prosseguindo, o Presidente do Conselho entregou a medalha ao ex-Conselheiro Cyro Correia de Oliveira Leyra, aos Diretores Regionais Jorge Derenji - 1ª DR; Antonio Luis Dias de Andrade - 9ª DR; Cláudio Augusto Magalhães Alves - 7ª DR; Domingos Cruz Loinheiro - 3ª DR; Eduardo Furtado de Simas - 5ª DR; Fernando Lopes Burmeister - 6ª DR; Ivan Sarney Costa - 2ª DR; Júlio Nicolau de Barros Curtis - 10ª DR; Marco Antônio Galvão - 8ª DR; representado por Sylvia Braga Alves de Souza e Ayrton de Almeida Carvalho, representado por Feliciano Paes de Moura e Silva; ao Prefeito de São Francisco do Sul, José Schmidt; aos ex-diretores Edgar Jacinto da Silva - 6ª DR; Roberto Machado Lacerda - 7ª DR; e Glauco Campello - 6ª DR e alguns funcionários destacados: Alda Pinto de Menezes, ex-secretária do Diretor Renato Soeiro; Dora Monteiro de Alcântara, Coordenadora de proteção da SPHAN; Edson de Brito Maia, chefe do Arquivo da SPHAN; Francisco Lopes Filho, um dos antigos companheiros de trabalho e o pioneiro da SPHAN; Lúcia Martins Costa, uma das figuras mais queridas do Patrimônio, uma grande Pesquisadora e Historiadora de arte; Raphael Carneiro da Rocha, Consultor Jurídico da SPHAN; Pedro Alcântara, Arquiteto, grande colaborador da SPHAN e Teodoro Joels da 6ª DR. O Presidente agradecendo mais uma vez a presença de todos,

com uma taça de Champagne brindou os 50 anos da SPHAN e do Museu Nacional de Belas Artes, dando por encerrada a reunião, da qual eu Regina Elena Pinto Vieira Ribeiro, Secretária, lavrei a presente ata que subscrevo juntamente com o Presidente e demais membros do Conselho.

Aloísio Guedes de Araújo

Regina Elena Pinto Ribeiro

Gilberto Ferrez

Max Justo Guedes

Maria da Conceição Beltrão

Eduardo Kneese de Mello

Gilberto Velho

Modesto Carvalhosa

José Mindlin

Francisco Iglésias

Afonso Arinos

Roberto Cavalcanti

Leda Dau

Alcídio Mafra

Américo Jacobina Lacombe

Lourenço Lacombe

Antonio Luiz Porto e Albuquerque

Ata da 125ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, realizada no dia 30.04.87, na Fundação Casa de Rui Barbosa - RJ.

Às 14:00 horas do dia 30 de abril de 1987, na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico nacional, sob a Presidência do